

Empresário gaúcho *economia - Brasil* teme convulsão social

"Se o Brasil não encontrar uma solução urgente para resolver a crise econômica em que se encontra, o equilíbrio social do país será comprometido e correremos risco de uma convulsão". A afirmação foi feita em Lajeado pelo presidente da Federação das Associações Comerciais do RS e da Associação Comercial de Porto Alegre, César Rogério Valente, ao falar durante a abertura do IV Encontro Regional de Associações comerciais, que contou com a presença de empresários de oito municípios.

Valente lamentou que o Brasil continue em situação difícil e, no entanto, o governo não adote as medidas necessárias para conter o déficit público, um dos principais componentes da atual crise interna. "Esse déficit é gerado principalmente pelas despesas exageradas das estatais", afirmou, "pois o orçamento deste ano de 353 empresas estatais — existem muito mais —, alcança Cr\$30 trilhões 391 bilhões, sendo que só as empresas, isto é, sem a previdência social e os bancos oficiais, têm um orçamento da ordem de Cr\$20 trilhões 430 bilhões". Para cobrir o déficit destas empresas, explicou Valente, o Tesouro Nacional é obrigado a fornecer recursos da ordem de Cr\$2 trilhões 562 bilhões, oriundos de impostos, sem contar os empréstimos feitos com a mesma finalidade.

Ele mostrou aos empresários que as últimas medidas tomadas pelo governo através de "pacote" têm servido apenas para resolver problemas imediatos de caixa. O orçamento do Governo Federal para 1983 era de Cr\$8 trilhões 400 bilhões e hoje já está em Cr\$11 trilhões 500 bilhões, sendo Cr\$1 trilhão 400 bilhões resultantes da maxidesvalorização do cruzeiro feita em 21 de fevereiro e outros Cr\$500 bilhões conseguidos com o "pacote" divulgado no dia 6 deste mês. "É uma demonstração — afirmou Valente —, de que o governo tem que atuar rapidamente no corte das despesas de custeio de suas empresas, pois recursos obtidos através de impostos estão sendo usados para pagar atividades não produtivas. É imperiosa uma atuação firme para cortar tais despesas se quisermos diminuir o déficit público".

PREJUÍZOS

O presidente da Federasul e da ACPA afirmou ainda que o crescimento do estado, concorrendo com a iniciativa privada tem se processado em prejuízo direto das aplicações sociais, cuja participação no produto interno bruto (PIB) vem sendo reduzida nos últimos anos. Mostrou que em 1979 o Estado aplicava 4,46% do PIB na área social. Em 1980 a aplicação caiu para 2,46%. E em 1982 passou para 1,72%, do PIB. Para Valente a obrigação primordial do Estado é aplicar seus recursos em saúde, educação, saneamento básico e outros itens de âmbito social.

O IV Encontro Regional de Associações Comerciais contou com a presença de empresários de Lajeado, Arroio do Meio, Encantado, Taquara, Estrela, Guaporé, Venancio Aires, Santa Cruz do Sul e Carazinho. Foi coordenado pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Lajeado, Donald Johann, e teve também a participação de vice-presidentes e diretores da Federasul e ACPA. Os empresários debateram e aprovaram 21 teses em sua maioria relacionadas com problemas regionais, sendo algumas referentes a assuntos nacionais. Pediram mais apoio às micro, pequenas e médias empresas, apressamento da reforma tributária, transferência dos feriados para segunda-feira, unificação de cobranças de juros e correção monetária em cartórios e ampliação da faixa de crédito do Banrisul. Também foi aprovada uma tese pedindo melhor remuneração das diárias por parte da previdência social para hospitais da rede privada e melhor atendimento aos usuários. Os empresários reivindicaram ainda dilatação do prazo de recolhimento do ICM. O presidente da Federasul e ACPA, que analisou as teses uma a uma, junto com os seus assessores econômico e jurídico, disse que as encaminharia aos órgãos competentes.